

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVINI – 2022.**

Às quatorze horas do dia vinte e dois de dezembro do ano de 2022 compareceram para a décima segunda reunião referente ao corrente exercício, atendendo a convocação realizada pelo Presidente do Comitê de Investimentos - COMIN, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, devidamente publicada nos atos oficiais do Município, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do PREVINI, de acordo com o estabelecido no art. 98 da Lei Municipal 4419/2014 e em atendimento ainda a Portaria 422/2022, de 18 de novembro de 2022: Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, Sra. Andrea Ribeiro Rodrigues, Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, Sra. Márcia da Costa Melo e Sra. Juliana Kryssia Lopes Maia, para deliberarem, em reunião ordinária e em atendimento ao que dispõe o art. 99 da Lei Municipal 4419/2014, sobre a pauta a seguir: **a) ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês sob verificação, o qual será anexado a esta ata. Feita a análise conjunta pelos componentes do COMIN foi verificado por todos que os investimentos se enquadram dentro da Política de Investimentos. **b) ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DO PREVINI NO MÊS DE NOVEMBRO:** Sobre este item foram apresentados os documentos emitidos pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., empresa que presta consultoria ao Instituto, demonstrando a composição da carteira referente ao mês em análise, o enquadramento já citado no item "a" de acordo com a Resolução 4963/2021 e a Política de Investimentos, a distribuição dos recursos do Instituto, a rentabilidade e o risco da carteira e ainda o resultado das aplicações financeiras após as movimentações durante o mês de novembro. O primeiro documento, que demonstra a composição da carteira, ilustra o capital total aplicado no valor de **R\$ 9.959.784,69** (nove milhões novecentos e cinquenta e nove mil setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), demonstrando um acréscimo patrimonial de aproximadamente 19,21% (dezenove inteiros e vinte e um centésimos) em relação ao valor disposto no mês anterior, que era de **R\$ 8.354.802,24** (oito milhões trezentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e dois reais e vinte e quatro centavos). A tela de sistema referente ao enquadramento à Resolução 4963/2021 e a Política de Investimentos aponta que do total aplicado, 97,77% (noventa e sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) estão alocados em renda fixa que equivale a R\$ 9.737.885,09 (nove milhões setecentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais e nove centavos) e 2,23% (dois inteiros e vinte e três centésimos por cento) estão alocados em renda variável que equivale a R\$ 221.899,60 (duzentos e vinte e um mil oitocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). O documento referente ao retorno e meta atuarial demonstra um retorno de R\$ 12.494,89 (doze mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos), resultando em 94,51% (noventa e quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) de atingimento da meta atuarial no ano de 2022. Detalhando o resultado da carteira, podemos observar que os fundos de renda fixa apresentaram resultados díspares, com os fundos atrelados ao IPCA e IRF-M com prazos alongados performando negativamente, ao passo que os fundos DI e IRF-M 1 trouxeram bons retornos, equilibrando a carteira e proporcionando saldo positivo. No que concerne à Renda Variável, igualmente os resultados dos fundos se mostraram diferenciados, com o Fundo PHOENIX apresentado resultado negativo (-11,45%) contra uma rentabilidade positiva de 0,67% do fundo Caixa Dividendos. Por meio do somatório de desempenhos dos fundos, observamos um retorno mensal de 0,13% (treze centésimos por cento), ante uma meta mensal de 0,78% (setenta e oito centésimos por cento). No retorno acumulado atingimos um total de 9,15% (nove inteiros e quinze centésimos por cento) ante uma meta acumulada de 9,68% (nove inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), alcançando, como já demonstrado, 94,51% (noventa e quatro inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) de atingimento da meta atuarial

no ano de 2022 da meta anual até este momento. No balanço geral, o desempenho da carteira ao longo do ano se mostra condizente com a proposta contida em nossa política de investimentos visando à obtenção de um retorno maior com o menor risco possível, já tendo sido atingido, como dito anteriormente, 102,06% de nossa meta. Iniciando a análise dos fundos que compõem a carteira, observamos os seguintes desempenhos dos fundos: Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos FI Renda Fixa (CNPJ 10.740.670/0001-06), com retorno de 0,92%, rentabilizando R\$ 7.922,30; Itaú Institucional IRF-M 1 FI Renda Fixa (CNPJ 08.703.063/0001-16), com retorno de 0,92%, rentabilizando R\$ 14.616,77; BB IMA-B 5 FIC Renda Fixa Previdenciário LP (CNPJ 03.543.447/0001-03), com retorno de -0,37 %, equivalente a menos R\$ 970,09; Itaú Institucional IMA-B 5 FIC Renda Fixa (CNPJ 09.093.819/0001-15), com retorno de - 0,35%, equivalente a menos R\$ 4.984,32; BB IRF-M Títulos Públicos FI Renda Fixa Previdenciário (CNPJ 07.111.384/0001-69), com retorno de - 0,69%, equivalente a menos R\$ 1.584,41; Itaú Institucional FI Renda Fixa Referenciado DI (CNPJ 00.832.435/0001-00), que teve um retorno de 1,07%, rentabilizando R\$ 18.135,92; Itaú Institucional Alocação Dinâmica FIC Renda Fixa (CNPJ 21.838.150/0001-49), com retorno de - 1,03% equivalente a menos R\$ 9.535,84; Itaú Institucional IPCA Action FI Renda Fixa LP (CNPJ 41.234.983/0001-08) com retorno de - 0,47 %, equivalente a menos R\$ 5.340,70; Itaú Institucional Phoenix FIC Ações (CNPJ 23.731.629/0001-07), com retorno de - 11,45%, equivalente a menos R\$ 6.892,60; e Caixa Dividendos FI Ações (CNPJ 05.900.798/0001-41), com retorno de 0,67%, rentabilizando R\$ 1.127,86. **c) EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

**DO RPPS:** Foi apresentado pela Sra. Márcia, Chefe da Contabilidade, valores referentes às receitas e despesas do mês de novembro de 2022, sendo que, as receitas totalizaram R\$ R\$21.953.247,86 e as despesas totalizaram R\$22.245.417,29 divididos em R\$21.684.162,78 referentes a folha de benefícios (aposentadorias e pensões) e R\$ 561.254,51 referentes as despesas administrativas. Foi informado ainda que o valor do orçamento inicial para o ano de 2022 de R\$188.280.239,81 suplementado em R\$24.788,000,00, anulado R\$230.000,00, totalizando a despesa fixada em R\$212.838.239,81 e empenhado em R\$ R\$203.521.586,79 até o mês de novembro. **d)**


**ANÁLISE DO CENÁRIO MACROECONÔMICO:** Abertas as discussões dos assuntos diversos foi realizada breve análise do cenário macroeconômico tomando por base o relatório de mercado Focus do Banco Central do Brasil de 16 de dezembro de 2022. Conforme mostram os dados do Boletim Focus, o mercado financeiro reduziu sua projeção para a inflação e aumentou a previsão para o PIB de 2022, segundo as instituições financeiras consultadas semanalmente pelo Banco Central do Brasil, a expectativa para o IPCA deste ano passou de 5,88%, há uma semana, para 5,76%. A projeção de alta do PIB de 2022 foi novamente elevada, de 2,80% para 3,05%. A estimativa para o dólar se manteve estável, com cotação prevista em R\$ 5,25 por US\$ 1 em 2022. A expectativa para a taxa de juros Selic continuou mantida em 13,75% para este ano. Dando prosseguimento, foi apresentado o Cenário macro-Brasil do Banco Itaú Unibanco S.A., divulgado no dia 16 de dezembro de 2022, que resumidamente acentuou os seguintes pontos: "A chamada PEC da Transição implica um aumento significativo no gasto público em 2023, elevando o risco de uma trajetória de alta relevante da dívida pública, que pode levar a um novo ciclo de crescimento baixo, inflação e juros altos. Estimamos superávit primário de 1,1% do PIB em 2022, déficit primário de 1,9% em 2023 (anteriormente: déficit de 1,5% do PIB) e dívida bruta em 73% e 77% do PIB, respectivamente. O crescimento da atividade econômica deve continuar desacelerando no próximo trimestre e no ano que vem. Esperamos que o PIB avance 0,1% no 4T22, fechando o ano em 3,0%. Para 2023, revisamos o crescimento para 0,9% (de 0,7%), diante da expectativa de mais estímulos fiscais e da melhora na perspectiva da safra agrícola. Apesar de alguns sinais de desaceleração, dados recentes do mercado de trabalho continuam surpreendendo positivamente. Com isso, revisamos nossas projeções da taxa de desemprego para 8,2% (de 8,6%) em 2022 e para 8,5% (de 9,3%) em 2023. Mantivemos as nossas projeções de taxa de câmbio em R\$ 5,25 por dólar ao final de 2022 e em R\$ 5,50 por dólar ao final de 2023. Ressaltamos que, ainda que o cenário externo se mostre mais benigno, um nível de prêmio de risco local elevado pode impactar a possibilidade de

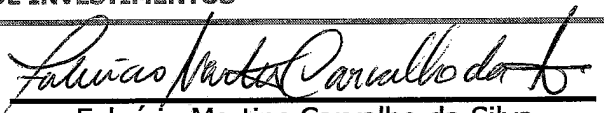
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA IGUAÇU – PREVINI  
COMIN – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

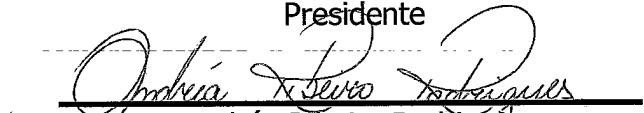
apreciação adicional da moeda. Reduzimos a nossa projeção de IPCA em 2022 para 5,6% (de 5,8%), mas elevamos a projeção de 2023 para 5,7% (de 5,0%), incorporando a volta total de PIS/Cofins sobre a gasolina e uma desinflação mais lenta de serviços com ganhos de salário real (em razão da dinâmica mais apertada de mercado de trabalho), apenas parcialmente compensados por uma desinflação maior de bens. Com inflação mais alta no horizonte relevante, o espaço para cortes de juros ao longo do próximo ano será menor. Esperamos cortes apenas no último trimestre de 2023, para 12,50% (antes, 11,00%). O que esperar de 2024? A manutenção do equilíbrio fiscal continuará sendo um desafio relevante. Incorporamos nas nossas projeções um aumento de 1,0 p.p. do PIB da carga tributária e, mesmo assim, a dívida pública continuará subindo (para 80% do PIB). Nesse ambiente, a taxa de juros cai, mas seguirá em dois dígitos (alcançando 10% a.a.), e o crescimento permanecerá baixo (1,0%). Para evitar tal cenário, as políticas econômicas do novo governo, além de mirar a sustentabilidade fiscal, devem evitar retrocessos (tais como o aumento do crédito subsidiado que prejudique a expansão do mercado de capitais, e reversão, mesmo que parcial, de reformas estruturais, como a trabalhista e da Previdência) e focar em reformas tributária e administrativa de qualidade, além de avançar na elaboração e implementação de acordos comerciais (inicialmente com a União Europeia)." Na sequência foi apresentado o relatório Macro Brasil do Banco Santander S.A., divulgado em 09 de dezembro de 2022. Trazemos para apreciação os principais riscos econômicos apresentados no relatório: "Internacional: a) Riscos de alta (atividade): processo de reabertura mais acelerado na China, sem agravamento significativo nos números de contaminação; b) Riscos de baixa (atividade): pressões inflacionárias mais intensas e duradouras podem levar o Fed a um aperto monetário ainda mais intenso, impactando a economia; c) Possível surto de novas cepas de coronavírus mais resistentes às vacinas disponíveis, causando novos retrocessos no processo de reabertura em regiões-chave. Esse fator seria inflacionário; d) A evolução do conflito na Ucrânia pode trazer riscos para os cenários de inflação e atividade. Uma escalada nas sanções traz riscos altistas para a inflação e riscos baixistas para a atividade, enquanto uma retirada das sanções mais tempestiva deveria funcionar de maneira oposta. Commodities: a) Riscos positivos (preços): choque climáticos (temperatura alta e clima seco) em meio a um terceiro ano de La Niña podem diminuir produtividade das safras da América do Sul (Brasil e Argentina), postergando a normalização dos preços agrícolas. Uma reabertura mais cedo que o esperado da China. Choques adicionais de eventos geopolíticos (e.g. tensões entre Rússia e países da OTAN); b) Riscos negativos (preços): surgimento de novas (e mais perigosas) variantes do coronavírus potencialmente levando a novas restrições de mobilidade, reduzindo a demanda por energia. Política Fiscal: a) Riscos positivos (resultado fiscal): efeito mais intenso e persistente do ciclo das commodities sobre a receita. Aprovação de reformas com significativo efeito de redução de gastos, reduzindo a rigidez orçamentária e o risco idiossincrático. Aumento bastante gradual dos gastos com pessoal no setor público. Mudanças no arcabouço fiscal adicionado maior credibilidade ao processo de consolidação e ancoragem fiscal. Gastos assistenciais mais focalizados e efetivos, reformando os programas atuais. Ampla reforma tributária elevando a estimativa do PIB de longo prazo, com maior produtividade. b) Riscos negativos (resultado fiscal): risco de maiores estímulos fiscais em cenário onde os ganhos recentes de receita se mostram temporários. A aprovação de reformas sem maiores economias de gastos. Maior estímulo fiscal por meio de isenções fiscais; d) perda de credibilidade nos processos de consolidação e ancoragem fiscal, levando à deterioração das condições financeiras. Acumulação ainda maior de precatórios ao longo dos anos. Uso excessivo de estímulos parafiscais. Maior investimento público em projetos com resultados econômicos e sociais menos vantajosos. Setor Externo: a) Riscos altistas (transações correntes e fluxos cambiais): Preços de commodities resilientes nos próximos anos, abrindo caminho para ainda maiores superávits comerciais; b) Riscos baixistas (transações correntes e fluxos cambiais): (i) frustração com panorama fiscal levando a saída de investimentos em carteira e redução de investimentos diretos no país, (ii) Contração da economia mundial reduzindo demanda por commodities e, assim, impactando negativamente a balança comercial. Atividade Econômica: a) Riscos altistas: recuperação da renda real das famílias mais forte do que o esperado na esteira de um mercado de trabalho mais aquecido; maior efeito das transferências governamentais no consumo. Resiliência dos

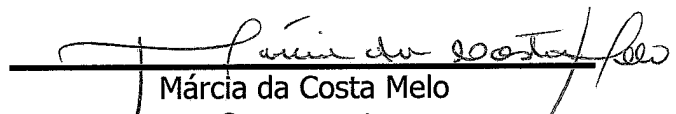
preços de commodities pode levar a um impulso ainda mais persistente. b) Riscos baixistas: uma resiliência inflacionária mais forte tornando a postura de política monetária do BCB ainda mais contracionista no médio prazo. Agravamento dos problemas climáticos, comprometendo a produção da agropecuária. Inflação: Riscos altistas: 1) aumento na percepção de risco fiscal, causando a) expectativas de inflação mais altas, com aumento estrutural da inércia inflacionária e b) nova rodada de depreciação cambial; 2) possibilidade de parte maior das altas de preços ao produtor serem repassadas ao consumidor, 3) preços de petróleo ainda mais altos por problemas de oferta e 4) mercado de trabalho muito aquecido, impactando salários. Riscos baixistas: 1) preços de commodities podem observar acomodação mais rápida que o esperado, com juros globais mais restritivos, 2) cadeias produtivas podem se normalizar mais rapidamente, 3) expectativas de inflação podem convergir mais rápido, em função de uma desaceleração da economia 2023, 4) inflação de serviços pode ceder mais rápido do que o esperado se mercado de trabalho esfriar mais intensamente, 5) cortes de impostos não restabelecidos em 2023, 6) política monetária restritiva por tempo ainda mais longo. Política Monetária: a) Riscos de alta (juros): choques adicionais nos preços de commodities ou retrocessos na normalização das cadeias de suprimentos globais podem atrasar o processo de desinflação esperado para preços voláteis ou flexíveis. Estímulos fiscais permanentes, no contexto de uma economia operando a plena capacidade (ou ligeiramente acima), poderia adicionar mais combustível para a inflação, tornando a convergência para a meta central ainda mais custosa. Além de potencialmente afetar as perspectivas de sustentabilidade da dívida, a extensão do estímulo orçamentário pode reduzir o poder de ancoragem da política monetária e elevar a taxa de juros neutra. b) Risco de baixa (juros): sinais críveis de reformas fiscais futuras focadas no controle de gastos obrigatórios no médio prazo poderiam melhorar as expectativas inflacionárias e as condições financeiras. Uma retração de custos em reais poderia reduzir pressões no atacado, gerando alívio para bens industriais e expectativas. Melhores margens de lucros das firmas também poderiam ajudar a reduzir repasses aos IPCs. "A inércia inflacionária pode ter sido reduzida pelos cortes de impostos, mas, seus efeitos finais líquidos sobre a inflação podem ser compensados por pressões inflacionárias maiores geradas pelo ciclo econômico." e) **PROPOSTA DE INVESTIMENTOS E RESPECTIVAS ANÁLISES TÉCNICAS:** Após a apresentação do cenário macroeconômico do Brasil e principais riscos, foi discutido pelos membros do Comitê de Investimentos se a alocação dos recursos financeiros do Instituto está de acordo com a previsão do mercado para o encerramento do ano de 2022, tendo em vista a necessidade para o atingimento da meta IPCA + 4,77%. Conforme apontado no boletim focus, a projeção para a taxa Selic para o próximo ano subiu para 11,75% ante previsão anterior de 11,50%, indicando que os juros muito provavelmente se manterão elevados no próximo ano, cabendo ao Gestor acompanhar atentamente o movimento da curva de juros para melhor posicionar a carteira. Com relação aos investimentos em renda variável, mantém-se a recomendação de cautela, sugerindo aportes pequenos e gradativos em renda variável conforme melhoria do cenário econômico. Sendo assim, os membros deste Comitê de Investimentos sugerem a continuidade dos investimentos atuais, com novas alocações em fundos pós-fixados e renda variável conforme antes assinalado. f) **ASSUNTOS DIVERSOS:** Durante a reunião foi demonstrado que os valores referentes a taxa de administração encontram-se distribuídos entre os atuais fundos onde os recursos encontram-se aplicados. Foi solicitado a Contadora do PREVINI para demonstrar a planilha conforme documento anexo. Foi sugerido pelos membros que os valores da taxa de administração, na medida do possível, sejam segregados dos demais investimentos. A Diretora Administrativa e Financeira informou o valor do saldo disponível para investimentos de R\$1.700.000,00 que deverá ser informado a Diretora-Presidente para que proceda com a aplicação desses valores. Os membros do COMIN sugeriram que, anteriormente a aplicação dos valores, sejam ouvidas as consultorias financeiras dos bancos parceiros. Sugeriu-se ainda a aplicação em fundos DI de curto prazo. Por fim, submetemos a ata à apreciação dos membros do Conselho Fiscal do PREVINI. E como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, encerrou a reunião e lavrou a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos.

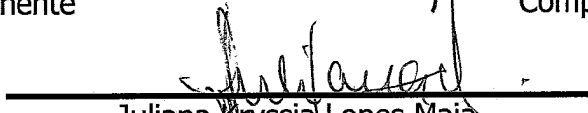
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA IGUAÇU – PREVINI  
COMIN – COMITÊ DE INVESTIMENTOS

  
Marcello Raymundo de Souza Cardoso  
Presidente

  
Fabrício Martins Carvalho da Silva  
Secretário

  
Andréa Ribeiro Rodrigues  
Componente

  
Márcia da Costa Melo  
Componente

  
Juliana Kryssia Lopes Maia  
Componente

